

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Shopping News / City News Class.: 562  
 Data 24 de maio de 1987 Pg.: 14

### Nova Constituição

# Índio vai ter vez?

**Dos 5 milhões, na época do descobrimento, os índios brasileiros hoje estão reduzidos a 220 mil. Na tentativa de mudar essa situação desfavorável, eles defendem na Constituinte um programa mínimo que inclui demarcação e usufruto exclusivo de suas terras.**



Edison Lopes

Ailton Krenak: "Faltam representantes para a causa dos índios."

Santamaria Silveira

Nenhum dos seis candidatos indígenas foi eleito para o Congresso Constituinte. Nem mesmo o deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) conseguiu renovar seu mandato parlamentar. "Foi uma pena", lamenta Ailton Krenak, da União das Nações Indígenas (UNI), "o Juruna instaurou uma nova regra no jogo político, na medida em que desmistificou a afirmativa de que índio é relativamente capaz, e isso foi conseguido do nosso jeito, pois ele não sabia falar bem o português, só xavante, e era analfabeto. Juruna também não conhecia a dissimulação política, tinha a franqueza dos índios e chegou a chamar muito ministro de ladrão".

Sairam candidatos indígenas em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Amazonas, Acre e Roraima. "Esperávamos eleger pelo menos dois candidatos", lamenta Krenak, "porém o poder econômico pesou muito nas últimas eleições". Na falta de parlamentares afinados com sua causa, a Coordenação Nacional da Campanha dos Povos Indígenas - formada pela UNI, Igreja, entidades científicas e movimentos populares - está contactando, em Brasília, parlamentares de todos os partidos. "Até o momento já mantivemos contato com trinta deputados e muitos deles têm-se mostrado receptivos", explica Krenak, "mas é um trabalho de formiguinha, na medida em que os partidos políticos não têm posição definida quanto à questão indígena".

Além da subcomissão das minorias, os índios receberão apoio da Subcomissão Saúde, Segurança e Meio Ambiente, (as duas incluídas na Comissão de Ordem Social da Constituinte) através do deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP). Segundo Antônio Carlos Alves de Oliveira, assessor do parlamentar, a luta ambientalista se aproxima da específica defendida pelos índios, na medida em que a cultura extrativa deles necessita de uma preservação maior do ecossistema. "Outro

fator positivo", completa, "é a ocupação de baixa densidade que implica também na proteção ambiental".

Na Constituinte, os índios defendem cinco pontos básicos: reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas, como primeiros habitantes do Brasil; Demarcação e garantia das terras indígenas; usufruto exclusivo pelos povos indígenas das riquezas naturais existentes no solo e subsolo dos seus territórios; reassentamento em condições dignas e justas dos posseiros pobres que se encontram em terras indígenas; reconhecimento e respeito às organizações sociais e culturais dos povos indígenas, com seus projetos de futuro, além das garantias de plena cidadania.

#### OS PERIGOS DO "ELDORADO"

Para Ailton Krenak, as reivindicações de ordem social, como plena cidadania, devem ser acatadas pela Constituinte. "O usufruto exclusivo das riquezas naturais do solo e subsolo", explica, "deve ser a questão mais difícil de ser aprovada por conflitar com interesses governamentais". De acordo com Krenak, o Projeto Grande Carajás, que propõe o desenvolvimento rápido da Região Norte, está causando na verdade problemas sérios para os "parentes". Na semana passada, Krenak recebeu uma carta dos índios Gaviões, que habitam a região. Eles chegaram a interditar a Ferrovia do Aço, alegando que a reserva indígena não está sendo respeitada. Um índio já morreu e as guaritas de vigilância foram destruídas. "Eu tenho medo, pois se Brasília não resolver nada, os Gaviões, desesperados, prometem solucionar o impasse do jeito deles e a corda sempre arrebenta do lado mais fraco." A argumentação de Krenak é irrefutável: "Como se pode retirar minérios e gás do subsolo, sem mexer com quem está sobre a terra?"

Outra região que vive conflitos é a abrangida pelo projeto Calha Norte, entre Tabatinga e Oiapoque, em fase de implantação, que objetiva demarcar definitivamente as fronteiras nacionais com o Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, implantar pólos de colonização e redefinir a política indigenista. "Nesta área", aponta Krenak, "está acontecendo a marginalização dos índios, como já aconteceu em Itaipu, onde os índios Avá-Guarani foram colocados no cinturão de segurança, a primeira área que será invadida pelas águas, caso aconteça um acidente na hidrelétrica. O projeto Calha Norte envolve uma extensão de 30 mil hectares e pode ameaçar de extinção de 50 mil índios".

As áreas indígenas também se transformaram num "Eldorado" para os aventureiros que buscam, principalmen-



te, madeira-de-lei. Eles deflagram conflitos com os índios e mudam o perfil das regiões. "Isto está ocorrendo com o povo Kampa, no Acre", denuncia Krenak. "A empresa madeireira Cameli, que presta serviço de terraplenagem para o novo poço petrolífero da Amazônia, invadiu a reserva com homens, tratores, dragas e barcos para extrair madeira. Meses atrás, a Funai havia interditado o trabalho de outra madeireira que chegou a derrubar seiscentas árvores. Essa anuência do governo é um crime contra as nações indígenas."

#### DEMARCAÇÃO: PONTO VITAL.

A demarcação das terras indígenas também é uma questão primordial que os índios querem ver assegurada na nova Carta Constitucional. A demarcação começou em 1910 com o Marechal Rondon e foi graças a esse problema em comum que 180 tribos se reuniram em 1980 para formar a UNI, que vem sendo a expressão política dos povos indígenas. No entanto, a demarcação não garante a posse definitiva da terra. Segundo Krenak, as reservas vem sendo sistematicamente invadidas e espoliadas. "A reserva do Rikbatsa, no Mato Grosso, acabou sendo repassada para o empresário Mathias Machilini, e a dos Kadiweu, também no Mato Grosso, foi arrendada para fazendeiros. E isso acontece num País onde o Estatuto do Índio afirma que as terras indígenas são inusufrutuáveis."

E difícil separar terra e índio, como afirma o comercial da Funai, veiculado pela tevê, apesar de isto estar acontecendo por interesses econômicos. "A maioria dos povos indígenas são coletores e

caçadores", explica Krenak, "não adianta propor que criemos gado e façamos plantação. Para o índio a terra é um espaço sem fronteiras que tem significado cultural e religioso. Tudo exige um tempo certo, como deixar de caçar quando as crias vão nascer. Esse é um conhecimento milenar que mantém o equilíbrio entre o homem e a natureza. Esquecer tudo isso é perder o sentido de existir e a identidade".

Segundo Krenak, o governo da Nova República não está sendo fiel aos fatos quando anuncia, na propaganda da Funai, que está batendo o recorde de demarcação de terras indígenas. "O governo apenas deu andamento aos processos parados nos últimos vinte anos", diz. "Até hoje apenas 14% das terras indígenas estão demarcadas." De maio de 85 a dezembro de 86, o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado das demarcações, apreciou 85 processos, sendo que 51 foram paralisados, vinte interrompidos e oito sustados. Conclusão: as demarcações totalizaram 1.818.371 hectares de um total reivindicado de 19.913.54 hectares, que beneficiariam 88 povos.

Para piorar a situação, os empresários paulistas, durante o churrasco que ofereceram ao presidente Sarney no mês passado, em Itatiba, fizeram uma ressalva dura para os índios, a de que não podiam tolerar que se insistisse na demarcação de 70 milhões de hectares para os índios, quando a agricultura possui apenas 52 milhões de hectares. "Essa conta é mentirosa", argumenta Krenak, "não existe pouco índio para muita terra como afirmam, pois são consideradas áreas indígenas apenas os locais onde vivem índios. A demarcação é um reconhecimento administrativo dessa realidade".